



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### RESOLUÇÃO NORMATIVA RN-TC Nº 12/2021

**Dispõe sobre o envio de dados relativos à execução orçamentária e financeira das unidades gestoras municipais da Paraíba.**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares conferidas pelo art. 73 c/c art. 96, I, da Constituição Federal, art. 74 da Constituição Estadual, art. 3º da Lei Complementar 18/93 - LOTCE/PB e art. 4º, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, e

**CONSIDERANDO** as obrigações legais expressas nos Arts. 48 e 48-A da LRF (LC 101/2000) e no Decreto 10.540/20, 05 de novembro de 2020, quanto à disponibilização pelo Gestor, em tempo real, das informações sobre execução orçamentária e financeira;

**CONSIDERANDO** o necessário aperfeiçoamento dos métodos e formas de fiscalização, a fim de alcançar cada vez mais a eficiência das atividades deste Tribunal;

**CONSIDERANDO** que a experiência de recebimento de informações diárias por esta Corte aponta para a importância da concessão de um período de ajustes diretos pelo usuário, sem a aplicação de penalidade, para maior fluência do sistema e recebimento dos dados pelo Tribunal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. As informações e/ou documentos sobre a execução orçamentária e financeira dos jurisdicionados do Tribunal deverão ser encaminhadas eletronicamente, em tempo real, através do SAGRES CAPTURA, até as 24 (vinte quatro) horas do primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil.

Parágrafo único. No Portal do Tribunal estará disponibilizado o acesso ao SAGRES CAPTURA, ferramenta para o envio das informações, bem como o *layout* vigente.

Art. 2º. Para os fins desta Resolução, considera-se tempo real a disponibilização das informações até as 24 (vinte quatro) horas do primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil.

Art. 3º. Os dados enviados em tempo real, na forma descrita no art. 1º, irão compor o correspondente balancete mensal do mês de competência da informação.

Art. 4º. Não havendo dado a ser enviado, deverá o responsável informar a ausência de registro no SAGRES CAPTURA, no prazo previsto no art. 1º desta Resolução.

~~Art. 5º. No caso de balancete ainda não entregue, a mudança de informação após o prazo previsto no art. 1º será feita por dia, diretamente no sistema pelo usuário.~~

Art. 5º. No caso de balancete ainda não entregue, a mudança de informação será feita diretamente no sistema pelo usuário. [\(Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022\)](#)

§ 1º. O gestor terá, por ano, 20 (vinte) dias de alteração livre das informações enviadas, ou seja, poderá alterar/acrescentar informações sem a incidência de multa.

§ 2º. O sistema gerará uma certidão com o quantitativo de dias para alteração sem aplicação de multa (alteração livre), de modo que, ultrapassado o limite previsto no parágrafo anterior, será informada a incidência de multa, nos termos do § 3º.

~~§ 3º. Após o prazo previsto no art. 1º, a mudança da informação diária enseja a aplicação de multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia alterado, cujo pagamento e sua comprovação é condição para o envio do próximo balancete ao Tribunal.~~

§ 3º. Após 24 (vinte quatro horas) do prazo previsto no art. 1º, a mudança da informação diária enseja a aplicação de multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia alterado, cujo pagamento e sua comprovação é condição para o envio do próximo balancete ao Tribunal. [\(Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022\)](#)

Art. 6º. No caso da mudança da informação diária ser referente a balancete já entregue, o usuário terá que formalizar requerimento direcionado à análise da Auditoria, via Portal do Gestor, que procederá na forma prevista no regulamento de balancetes mensais.

Art. 7º. As determinações desta Resolução obrigam o gestor responsável pelo envio da informação diária, podendo ser desempenhadas por representantes indicados oficialmente para esta finalidade, desde que previamente cadastrados no Tribunal, todos respondendo pessoalmente pela autenticidade dos dados fornecidos.

Art. 8º. Em razão do cadastramento inicial das dotações orçamentárias, o envio das informações diárias de janeiro poderá ser atualizado sem a aplicação de multa (§ 3º do art. 5º) e o desconto dos dias de livre alteração (§ 1º do art. 5º), até o dia 10 de janeiro.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução Normativa RN-TC nº 05/2017.

Art. 10. Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º janeiro de 2022.

*Publique-se, registre-se e cumpra-se.  
Sala das Sessões do TCE-PB – Plenário Ministro João Agripino.  
João Pessoa, 22 de dezembro de 2021.*

Conselheiro **Fernando Rodrigues Catão**  
Presidente

Conselheiro **Arnóbio Alves Viana**

Conselheiro **Antônio Nominando Diniz  
Filho**

Conselheiro **André Carlo Torres Pontes**

Conselheiro **Antônio Gomes Vieira Filho**

Conselheiro em exercício **Oscar Mamede  
Santiago Melo**

**Bradson Tibério Luna Camelo**  
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas